2017



MENSAGEM À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Apresentada na reunião inaugural da terceira sessão legislativa ordinária da oitava legislatura



MARCELO DE CARVALHO MIRANDA

Governador do Estado

CLÁUDIA MARTINS LÉLIS

Vice-Governadora do Estado

Cesarino Augusto César Pereira Sobrinho

Secretário-Geral de Governo e Articulação Política

Télio Leão Ayres

Secretário-Chefe da Casa Civil

Luiz Antônio da Rocha

Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Estado

Coronel Glauber de Oliveira Santos

Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Tocantins – PMTO

David Siffert Torres

Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento

Paulo Antenor de Oliveira

Secretário de Estado da Fazenda

Alexandro de Castro Silva

Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura

Clemente Barros Neto

Secretário de Estado do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária

Marcos Esner Musafir

Secretário de Estado da Saúde

Gleidy Braga Ribeiro

Secretária de Estado de Cidadania e Justiça

Jacques Silva de Sousa

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV-TOCANTINS

Carlos Júnior Spegiorin Silveira

Presidente da Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – ATR

Kênia de Moura Borges

Secretária de Estado da Comunicação Social

Coronel Raimundo Bonfim Azevêdo Coêlho

Secretário-Chefe da Casa Militar

Sérgio Rodrigo do Vale

Procurador-Geral do Estado

Coronel Dodsley Yuri Tenório Vargas

Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – CBMTO

Geferson Oliveira Barros Filho

Secretário de Estado da Administração

Sérgio Leão

Secretário de Estado da Infraestrutura, Habitação e Serviços Públicos

Luzimeire Ribeiro de Moura Carreira

Secretária de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Wanessa Zavarese Sechim

Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

Patrícia Rodrigues do Amaral

Secretária de Estado do Trabalho e Assistência Social

César Roberto Simoní de Freitas

Secretário de Estado da Segurança Pública

Eder Martins Fernandes

Presidente da Agência Tocantinense de Saneamento – ATS

Sérgio Leão

Presidente da Agência Tocantinense de Transportes e Obras – AGETO, em exercício



Raimundo Arruda Bucar

Presidente da Agência de Metrologia, Avaliação da Conformidade, Inovação e Tecnologia do Estado do Tocantins – AEM-TO

Acy de Carvalho Fontes

Presidente do Banco do Empreendedor

Pedro Dias Corrêa da Silva

Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS

Hebert Brito Barros

Presidente do Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS

Maria Valéria Miranda Kurovski

Presidente da Fundação Radiodifusão Educativa do Estado do Tocantins – REDESAT

José dos Santos Freire Júnior

Presidente da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A. – FomenTO

Carlos Alberto Dias de Moraes

Presidente da Junta Comercial do Estado do Tocantins – JUCETINS

Humberto Viana Camelo

Presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC-TOCANTINS

Júlio César Machado

Presidente do Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS

Coronel Eudilon Donizete Pereira

Presidente do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN-TO

Elizângela Glória Cardoso

Reitora daUniversidade Estadual do Tocantins – UNITINS

Aleandro Lacerda Gonçalves

Presidente da Companhia Imobiliária do Estado do Tocantins – TerraPalmas



Mensagem nº11.

Palmas, 1º de fevereiro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor Deputado Estadual **MAURO CARLESSE** Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins N E S T A

> Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Encaminho a essa Augusta Casa de Leis, em cumprimento ao estabelecido no inciso V do art. 40 da Constituição Estadual, mensagem expondo a situação do Tocantins, os destaques do ano de 2016 e os desafios e perspectivas deste Governo.

Inicialmente, rememoro a parceria salutar entre os Poderes Executivo e Legislativo em 2016, que teve como premissa o bem do povo tocantinense. O debate franco nos permitiu encaminhar e aprovar, nesta Casa, projetos vitais para o desenvolvimento econômico e social sustentável do Estado.

Do mesmo modo, o diálogo com o Poder Judiciário, o Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público e a Defensoria Públicase mostrou solidário, consubstanciando irrenunciável parceira diante da grave crise financeira que temos enfrentado no país.

Nesse sentido, é importante mencionar a obtenção de satisfatórios níveis de atendimento aos pleitos nos quais se demandou o apoio da União, dos Municípios, das entidades de classe e da sociedade, com a participação do povo tocantinense.

Assim, além do cumprimento do dever constitucional, da cerimônia e da gentileza, julgamos se tratar de excelente oportunidade para compartilhar os avanços obtidos, ainda mais valiosos se considerarmos que foram contabilizados em um contexto adverso, responsável por inscrever na História Brasileira uma grave crise econômica e política, culminando no impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e posse de seu vice, Michel Temer.

Natural e inevitavelmente, os efeitos da instalação de um novo Governo, sob a determinação de sanear inadiáveis e danosos problemas de gestão, repercutiram avidamente em nosso Estado, ocasionando atrasos no tempo de resposta da União acerca de tratativas econômicas em curso desde 2015.



O ano que passou, ainda que encerrado sob diretrizes equilibradas, sérias e conscientes sobre o caminho que o país deverá percorrer para retomar níveis estáveis de desenvolvimento nas próximas décadas, ficará marcado pela retração da produção industrial (projeção de -6,6%) e pelo aumento do índice de desemprego (de 8,4% para 11,3%), com projeção de mais uma forte queda do Produto Interno Bruto – PIB (-3,6%).

Do ponto de vista das contas públicas, a aplicação da Lei Federal 13.254, de 13 de janeiro de 2016 (Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária – RERCT), conhecida como a lei de repatriação de recursos não declarados à Receita Federal, injetou R\$ 48 bilhões no Tesouro Federal, sendo parte desse valor distribuído aos Estados, o que oportunizou ao Tocantins o montante de R\$ 302.427.793,62 milhões, recebido em dezembro último.

Como contrapartida, os Estados se comprometeram a adotar medidas de contenção de gastos, incluindo a redução de despesas em 20% com cargos comissionados, temporários e gratificações e a vedação à criação de novos postos de trabalho.

Em resposta então aos desafios desse cenário econômico negativo e mirando o reequilíbrio das contas públicas, o Governo do Estado do Tocantins decretou em 2016 uma série de medidas que visaram à redução do custeio da máquina pública, tais como:

- Redução de unidades nas estruturas operacionais da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, nos termos da Medida Provisória 3, de 27 de janeiro de 2016, com a extinção de seis de seus órgãos e a redução de 124 cargos comissionados, estando providos 2.861 cargos, dos quais 29% são ocupados por servidores efetivos;
- Parcelamento da data-base de 2016, após negociação com as entidades classistas;
- Manutenção da suspensão de todos os reajustes concedidos com impacto nos anos de 2015 a 2018;
- Redução da jornada de trabalho dos servidores públicos do Poder Executivo, com exceção dos serviços que, por sua natureza, exijam plantão permanente, de oito para seis horas diárias, no período de 21 de novembro de 2016 a 30 de abril de 2017, com uma estimativa de economia de 10% no consumo de energia elétrica e água potável e 20% em viagens, telefonia e combustível;
- Controle e medidas de redução das despesas com pessoal, especificamente, na redução de 2.000 agentes públicos, considerando, nesse quantitativo, ocupantes de cargos em comissão, contratados temporariamente ou designados para o exercício de funções gratificadas, com uma economia de R\$ 83 milhões até abril de 2017, alcançando, nos próximos dois anos, um total de



R\$ 136 milhões. Estima-se, com essa economia, que o Tocantins se enquadre nas especificações da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF a partir de maio de 2017.

A par de todo esse contexto, é imperioso destacar que, em outra perspectiva, o Tocantins conseguiu obter bons resultados em 2016, considerando os esforços para superar as metas traçadas para a integração do Estado a partir do fortalecimento das nossas potencialidades.

Essa positividade pode ser comprovada sob a análise das seguintes informações:

- registrou-se um aumento do PIB estadual, contraposto ao momento de quedas consideráveis do PIB nacional, houve a retomada do crescimento dos investimentos estaduais, mediante financiamento interno e externo, e o aumento real da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação –ICMS;
- a receita total somou R\$ 9.059,80 bilhões, representando um crescimento de 11,4% em relação ao ano anterior. Outro ponto para relevante comparação é relativo à arrecadação de dezembro, no valor de R\$ 1.076,06 bilhão, com um salto de 17,9% em relação a novembro, no valor de R\$ 895 milhões;
- as transferências correntes ultrapassaram os valores estimados no Orçamento Inicial para o ano de 2016 em R\$ 262 milhões, sendo que a arrecadação obteve maior representatividade na receita total com 54,4%. O Fundo de Participação dos Estados FPE, o repasse de maior montante das transferências correntes, apresentou um aumento de 12% comparado ao ano anterior, devido ao repasse da Lei de Repatriação do Governo Federal;
- a receita tributária, a segunda fonte de maior representatividade na arrecadação, contribuiu com 34,5% na receita total, significando R\$ 3,126 bilhões em valores absolutos. O ICMS é o imposto de maior relevância na arrecadação estadual, somados em termos relativos a 74% da receita tributária. Sobre este ponto, é pertinente esclarecer que o ICMS, mesmo apresentando uma arrecadação de 7,1% abaixo do previsto para o período, superou seu montante de crescimento em 14,3% se comparado aos resultados do ano anterior;
- as despesas com investimentos e inversões financeiras apresentaram um maior crescimento em relação ao ano anterior. Enquanto em 2015 o montante de recursos com investimentos foi de R\$ 289 milhões, em 2016, o Estado disponibilizou para tanto R\$ 484 milhões, o que representou uma elevação de, aproximadamente, 6% mensal.

Além dos aspectos orçamentário-financeiros, é imperioso destacar algumas das importantes realizações e conquistas no ano de 2016, que passo a descrever, sinteticamente, em oito campos de atuação estatal:



- 1. a **Saúde** trabalhou com o objetivo de desenvolver os macroprocessos que norteiam a execução de políticas públicas de saúde. As ações e os serviços se deram de acordo com o Plano Estadual de Saúde (PES 2016-2019) e a Programação Anual de Saúde (PAS 2017), oportunizando:
- 55.677 atendimentos nos serviços de referência de reabilitação do Estado, com geração de 66.028 procedimentos;
- os serviços de Hemodiálise, localizados em Araguaína, Palmas e Gurupi, a 424 pacientes/mês;
- a assistência em atenção domiciliar pelo Programa Melhor em Casa a 270 usuários, evitando internações desnecessárias;
- a regulação das Cirurgias Cardiológicas do Hospital e Maternidade Dom Orione, em Araguaína;
- a Reforma do Hospital Regional Dr. Alfredo Oliveira Barros, de Paraíso do Tocantins, com ampliação de 30 leitos gerais;
- a ampliação de 26 leitos gerais no Hospital de Referência de Porto Nacional, melhorando o atendimento das especialidades de clínica médica, cirurgia geral e ortopedia;
- a reforma e ampliação do Hospital de Referência de Augustinópolis, melhorando o acesso dos usuários da região norte do Estado;
- a aquisição e o funcionamento de 1.633 equipamentos de saúde (equipamentos médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares);
- o aumento na cobertura de atenção básica, de 88,12% para 95,47%, e a redução de 28,41% na taxa de mortalidade infantil, como resultado de atuação da "Atenção Primária em saúde";
- a retomada das obras de ampliação do Hospital Geral de Palmas Dr.
 Francisco Ayres;

2. Quanto à Educação:

- foram aparelhadas 127 unidades escolares de ensino fundamental e médio, com investimento de R\$ 6.535.144,65, construído o novo prédio para a Escola Estadual Joca Costa, em Dianópolis, e outras duas obras estão em andamento em Palmas e Porto Nacional, com investimento total de R\$ 9.026.028,86;
- foram beneficiados com formação continuada 3.252 profissionais da educação básica, com investimentos de R\$ 1.528.249,17;

- a Universidade Estadual do Tocantins Unitins registrou um novo salto qualitativo com sua transformação em Autarquia de Regime Especial, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, avançando ainda mais em direção à sua consolidação enquanto universidade comprometida com o Estado do Tocantins e com a sua missão de ofertar a educação superior, em consonância com o preceito da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão;
- 3. igualmente, a **Segurança Pública** recebeu significativos investimentos, dentre os quais figuram:
- a reforma de unidades policiais, a construção da Delegacia Cidadã, em Araguatins, a aprovação da regulamentação da Lei do Fundo de Modernização e o Aparelhamento da Polícia Civil, o recebimento de equipamentos de informática, mobiliários, a oferta de capacitação de policiais em cursos técnicos especializados, como por exemplo, Força Tática, Cinotecnia, Operações Especiais, Identificação Veicular, Operações em divisas, Captação de recursos e Gerenciamento de Crise, além de aquisição de armas e equipamentos de segurança;
- a realização de obras nas unidades de Talismã e do Centro de Atendimento Socioeducativo CASE nos Municípios de Palmas e Araguaína;
- o encerramento da segunda etapa do concurso para provimento dos cargos de Técnico em Defesa Social, do quadro de pessoal da Secretaria de Cidadania e Justiça;
- além da infraestrutura, a Reintegração Social, Trabalho e Renda do Preso e Egresso atendeu, direta e indiretamente, um público de 3.458 pessoas privadas de liberdade e cerca de 340 pessoas egressas;
- a implantação da primeira Central de Alternativas Penais e a Política de Monitoramento Eletrônico, avançando nas penas alternativas, como preconiza a Lei de Execução Penal, passo inovador no Sistema Penitenciário Estadual;

4. na Infraestrutura:

- dos 1.560 quilômetros de rodovias pavimentadas, com contrato de serviços de recuperação e conservação de estradas, 1.100 quilômetros já foram totalmente restaurados, elevando o índice de desembolso, que, no ano de 2015, era de R\$ 92.439.973,24 em contratos, para R\$ 343.445.533,51, por meio do Projeto de Desenvolvimento Regional, Integrado e Sustentável PDRIS, abrangendo todas as regiões do Tocantins;
- pelo PDRIS, também foram construídos bueiros, pontes e galerias em 72 municípios do Estado, cujas obras já proporcionaram o melhoramento de, aproximadamente, 5.400 quilômetros de estradas vicinais. Acrescente-se a isso a execução de obras de 81 pontes, 161 galerias e 261 bueiros tubulares, tendo como desembolso um montante de aproximadamente R\$ 34.000.000,00;

- com recursos orçamentários oriundos do Governo Estadual destinados à Agência Tocantinense de Transportes e Obras AGETO, as residências rodoviárias realizaram ações de recuperação, manutenção, serviços de tapaburacos e roçagem em, aproximadamente, 4.250 quilômetros de rodovias pavimentadas, empreenderam o revestimento primário e o patrolamento das rodovias estaduais não pavimentadas, o que soma 7.200 quilômetros, e executaram mais de 260 mil metros quadrados de pavimentação urbana e serviços de micro e macro drenagem, com um desembolso estimado em R\$ 43.000.000,00 nos municípios de Palmas, Araguaína, Colinas do Tocantins, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins;
- 5. quanto à **Agricultura e Pecuária**, a destacada conquista é referente à maior Feira Agrotecnológica da Região Norte do País, designada Agrotins, que, realizada no período de 3 a 7 de maio, recebeu 85 mil visitantes e contou com a participação de 630 expositores. Ali houve a capacitação direta de 15 mil pessoas em mais de 2 mil atividades técnicas. A Feira promoveu uma movimentação financeira de mais de 450 milhões em negócios, com a comercialização de produtos e serviços agropecuários, dando aos produtores rurais, pesquisadores, estudantes e demais interessados acesso a uma ampla programação de atividades voltadas às inovações do setor agropecuário, por meio de palestras, cursos, vitrines, clínicas tecnológicas e expo-dinâmicas;

6. no âmbito do Planejamento e Orçamento:

- foi criado o Sistema de Monitoramento do Planejamento e Orçamento do Governo do Estado do Tocantins (MONITORA TOCANTINS), com o objetivo de acompanhar os indicadores definidos no Plano Plurianual 2016-2019, no qual está inserido o novo Sistema Integrado de Planejamento Estratégico, Institucional e de Elaboração e Revisão do PPA PLANEJA TOCANTINS;
- foram pagos até o momento, dos contratos assinados por meio do PDRIS, R\$ 285.712.522,47 (US\$ 95.083.978,32), correspondendo a 31,69% do total do Projeto. Em 2016, o montante de pagamentos chegou a R\$ 154.177.287,94, o que corresponde a 53,96% dos pagamentos efetuados, ou seja, em 2016, a execução do Projeto foi maior do que a soma da execução deste nos anos de 2013, 2014 e 2015;
- em relação aos procedimentos de eliminação do financiamento da contrapartida de 20% do Estado, houve a aprovação da Lei Estadual 3.154, de 16 de dezembro de 2016, que alterou a Lei Estadual 2.271, de 29 de dezembro de 2009, autorizando o Estado a contratar empréstimo com o Banco Mundial para financiar 100% do PDRIS. Em 30 de dezembro de 2016, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional PGFN emitiu o Parecer PGFN/COF 1.975/2016, em que deu "não objeção" à reestruturação do PDRIS, com as alterações negociadas com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento BIRD, inclusive a retirada total da contrapartida;

7. sobre a **Gestão** de Pessoal:

- o Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins – PLANSAÚDE atendeu 90.087 beneficiários, injetando na economia do Estado, em média, R\$ 22 milhões mensais, cumprindo assim o compromisso assumido com a assistência médico-odontológico aos servidores públicos e seus dependentes;
- a administração do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV-TOCANTINS foi marcada pela consolidação da reestruturação administrativa e pela recuperação da imagem institucional, ambas iniciadas em 2015, contando ainda com a implementação de uma série de melhorias físicas, operacionais, tecnológicas e de postura administrativa, com o intuito de garantir maior eficiência, transparência e segurança aos diversos processos e procedimentos;
- 8. no pertinente à Fazenda Pública, a realização do Mutirão de Negociação Fiscal rendeu aos cofres públicos R\$ 67.081.671,00. Deste total, R\$ 25.547.671,00 foram pagos à vista e R\$ 41.534.000,00 parcelados. Do valor parcelado, R\$ 39.734.031,00 são de débito com o ICMS, negociados em 713 processos, e R\$ 1.470.665,27 do IPVA, resultados de 1.811 processos;
- O Mutirão possibilitou aos contribuintes condições especiais para a quitação de débitos com a **Receita Estadual** oriundos do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ICMS, do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores IPVA, do Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* ou Doação ITCD e de créditos não tributários.

A regularização de créditos previa a redução de multas, inclusive de caráter moratório, de até 90% de desconto nos pagamentos à vista. Em caso de parcelamento, o desconto foi de até 85%, dividido em até 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com exceção da primeira parcela cujo valor seria determinado conforme cálculos da Secretaria da Fazenda. As medidas incentivadoras do Mutirão foram válidas para os créditos tributários e não tributários ocorridos até 31 de dezembro de 2015.

Por fim, Senhoras e Senhores Deputados, apresento a Vossas Excelências o detalhamento das informações retro mencionadas, que segue acrescido dos dados referentes às demais áreas de atuação do Executivo Estadual, relativamente a 2016, na forma do Anexo Único a esta Mensagem, assim sistematizado:

I – Saúde:

II – Educação;

III - Segurança Pública;



- IV Infraestrutura, Transporte, Obras Públicas e Desenvolvimento Urbano;
 - V Agricultura, Pecuária e Agronegócio;
 - VI Ciência, Inovação, Desenvolvimento Tecnológico, Turismo e Cultura;
 - VII Meio Ambiente;
 - VIII Assistência e Trabalho;
 - IX Governança, Administração Fazendária e de Pessoal.

Atenciosamente,

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA Governador do Estado